

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em

13/12/22

pp. Marcella Lima
Conceição de Maria Lages Rodrigues

Chefe do Núcleo Comissão

Marcella Lima
Secretária da Comissão de Justiça

Ao Deputado

Dep. Francisco
Lima

para relatar

Em

13/12/22

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Antônio Henrique
Presidente da CCJ

Assembleia Legislativa do Piauí
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRÓPRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53 DE DEZEMBRO DE 2022.
PROCESSO AL Nº _____/22.

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

RELATÓRIO E VOTO

Nos termos regimentais, foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 53 de dezembro de 2022 que tem a seguinte ementa: **"Dispõe sobre a aprovação do nome de MARIA DA SILVA BUGYJA BRITTO para compor o Colendo Conselho Estadual de Educação."**

O projeto visa submeter à esta Casa, os termos do artigo 4 da Lei nº 7886/22 e nos termos do artigo 220 da Constituição do Estado a apreciação da escolha do nome do senhor CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA BUGYJA BRITTO para a aprovação de seu nome para vaga no Conselho Estadual de Educação. O referido nome consta no ofício nº 133/GG de 09 de dezembro de 2022 enviado pela sua Excelência, a Governadora do Estado do Piauí, Regina Sousa.

Conceição é mestrandia em Administração e contabilidade FUCEPE, Pós graduada em Docência do Ensino Superior SENAC /SP, Pós graduada em Gerenciamento de Recursos Ambientais CEFET/PI, MBA em Turismo, INSTITUTO CAMILO FILHO -ICF, graduação em FORMAÇÃO ESPECÍFICA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL pela Universidade Estadual do Piauí (2001). Possui ainda graduação em TURISMO pela FACULDADE PIAUIENSE (2013) e graduação BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO pelo INSTITUTO CAMILO FILHO (2005).

Atualmente é professora do Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba e diretora administrativa e financeira - VICE GOVERNADORIA PIAUÍ, atuando principalmente nos seguintes temas: sustentabilidade, novos desafios, negócio, qualidade e gestão pública e docência do ensino superior.

É o breve relatório.

Inicialmente, cabe analisar os aspectos constitucionais da matéria se observa que a proposição obedece ao disposto no Artigo 220 da Constituição do Estado tendo em vista que os órgãos normativos e consultivos de caráter permanente do sistema educacional terão



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

seus membros indicados pelo Governador do Estado, que os recrutará nas entidades representativas do magistério, dos pais e dos estudantes, submetendo-os à aprovação da Assembleia Legislativa.

A proposição também está de acordo com a boa técnica legislativa, observados os artigos 27, V, 221, 96 e 105, III, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí.

Diante de todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, a constitucionalidade, a juridicidade, a legalidade e a boa técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à tramitação do referido projeto de decreto.**

II - DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação, delibera;

() Pelo acatamento do voto do relator () Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Teresina, __ de dezembro de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 13/12/22
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça

Antonio Henrique Carvalho Pires
Presidente da CCI